

Sobre lógica formal e dominação: filosofia e ciência em Marcuse

Luiz Fernando Botto Garcia
lfbotto@yahoo.com.br

Este artigo pretende analisar a relação que Herbert Marcuse estabelece, em *Ideologia da Sociedade Industrial*, entre lógica formal e dominação. Dentro da filosofia clássica grega, o autor aponta para a tendência transcendental e subversiva da dialética platônica, em oposição à lógica formal aristotélica, que, por meio de julgamentos formais sobre a realidade, procura antecipar os critérios de verdade e falsidade. Essa antecipação ganha status de controle, pois nega qualquer possibilidade de transcendência do momento positivo – o que, levado para uma análise política da sociedade industrial avançada, dá à dominação uma legitimação lógica. A ciência não fica imune a esse processo, sendo também uma garantia de manutenção política de um mundo não-livre.

Palavras-chave: Dialética - Lógica formal - Dominação

On formal logic and domination: philosophy and science in Marcuse

This article intends to analyse the relation between formal logic and domination made by Herbert Marcuse in *Ideology of Industrial Society*. In Greek classical philosophy, the author points out to the transcendental and subversive tendency of Platonic dialectics, in opposition to Aristotelian formal logic, which, by means of formal judgments of reality seeks to anticipate the criteria for truth and falsehood. Such anticipation acquires the status of control, since it rejects any possibility of transcending the positive moment- which, in a political analysis of the advanced industrial society, gives domination a logical legitimacy. Science is not immune to that process, also being a guarantee of political maintenance of an unfree world.

Keywords: Dialectics - Formal logic - Domination

Introdução

A segunda parte do livro *Ideologia da Sociedade Industrial*, intitulada *Pensamento Unidimensional*, é dividida em três capítulos. No primeiro, “Pensamento negativo: a derrotada lógica do protesto”, Marcuse propõe um “sobrevôo” pela filosofia clássica; no segundo, “Do pensamento negativo para o positivo: racionalidade tecnológica e lógica da dominação”, transpõe as conseqüências teóricas do capítulo anterior para a sociedade unidimensional¹.

É fácil perceber que o “sobrevôo” está longe de assim sê-lo. Marcuse faz uma análise bastante profunda da relação entre dialética e lógica formal no mundo grego, partindo de Platão e Aristóteles, mas sem se fixar nos autores, desenvolvendo a lógica em suas determinações, mostrando suas origens históricas e conseqüências políticas. Dialética e lógica formal se chocam numa análise que mostra a tendência subversiva da lógica dos conflitos, oposta à maneira como a lógica formal dá à dominação uma legitimidade epistemológica. Assim, o capítulo procura percorrer a história da idéia de Razão e mostrar como a lógica se tornou a lógica da dominação para, a partir dessa base, compreender melhor o desenvolvimento real do processo de dominação.

O passo seguinte, tomado pelo autor, foi analisar como a ciência se utilizou das premissas da lógica formal para teorizar sobre um mundo fechado em si mesmo. A unidimensionalidade, o universo totalitário da razão tecnológica, é a etapa atual da idéia de Razão. Entre as fases tecnológicas e pré-tecnológicas, existe um contínuo conceitual sobre homem e natureza, que diz respeito à dominação, mas dentro dessa unidade existem elementos subversivos que entram em conflito com as tendências estabilizadoras: positivo x negativo, com vitória histórica (mas nunca total) do positivo. A ciência tem papel decisivo nesse embate, justificando tecnicamente a não-liberdade e a opressão.

Dentro do escopo que Merleau-Ponty chamou de “marxismo ocidental”, Herbert Marcuse é um dos pensadores que mais se destacaram pela ótica materialista-dialética, na luta teórica e prática contra a sociedade dominada pelo capital. O trabalho a seguir é uma *reconstrução* apenas de um pequeno trecho do caminho teórico que o autor percorre, de modo a explicitar a relação entre lógica e política. Se a lógica formal legitima a dominação, é a dialética que terá papel subversivo na relação com a realidade.

Desenvolvimento

O desenvolvimento fetichista das forças produtivas, cujo ápice de eficiência foi atingido no capitalismo, criou um sistema que determina *a priori* o seu resultado e a sua manutenção (sempre vinculados à sua ampliação²). Essa organização social é resultado de um projeto histórico que foi escolhido, em função de outros, conforme a luta dos interesses dominantes. Tal escolha, enquanto projeto, “antevê maneiras específicas de utilizar o homem e a natureza e rejeita outras maneiras” (Marcuse 4, p. 19). Mas assim que foi posto em prática, o projeto tornou-se exclusivo e determinou o desenvolvimento da sociedade no seu todo. Nesse desdobrar-se do projeto, moldaram-se tanto o pensamento como o meio material da sociedade, dando ao sistema uma forma totalitária (a ponto de englobar ou rejeitar todas as alternativas de oposição e superação). Essa estrutura nada conhece além de si mesma, não enxerga além de seus próprios limites: é unidimensional.

A sociedade unidimensional não é uma geração espontânea: é resultado histórico de um processo de dominação que, na civilização ocidental, teve início no modo de produção escravista da sociedade grega. Contudo, muito longe da forma hermeticamente fechada que a unidimensionalidade proporciona à sociedade industrial avançada, o mundo grego fora estabelecido sob fortes contradições e antagonismos, marcado pela luta de uma totalidade estruturada de conformidade em oposição aos elementos subversivos de um não-ser destrutivo³: num universo que é rompido sobre si mesmo, a realidade e o pensamento são bidimensionais.

A filosofia clássica, tomando aqui como fundamento e princípio lógico a dialética platônica, não poderia ficar imune a essa estrutura antagonista. O conceito clássico de Razão é o de uma faculdade cognitiva que distingue entre o verdadeiro e o falso – modos de ser ontológicos, em que a verdade é o ser e a falsidade é o nada. A luta pela verdade é a luta contra a destruição (que pode se tornar destruição quando ataca uma realidade falsa, de ser-que-é-não-ser para ser). É a luta pela verdade que evita a destruição. Nesse sentido, a verdade responsabiliza a existência humana, e esse é o projeto essencial humano: aprender a ver e a conhecer o que a realidade é, para agir em concordância com a sua verdade.

Nesses termos, as modalidades de ser são modalidades de movimento, de transição da potencialidade para a realidade — realização. O ser finito é uma realização incompleta, pois permeado de negatividade: não é verdadeiro. A filosofia foi a busca por uma realidade além da finitude, pela realidade

verdadeira, portanto livre em si mesma. Assim, Verdade é igual a Realidade que é igual a Razão, em que a razão é o poder do negativo, que subverte a realidade estabelecida, aparente e contingente, em função da verdadeira Realidade.

Se a primeira filosofia foi dialética porque refletiu uma realidade contraditória, a distinção que ela faz do verdadeiro e do falso não pode ser ideológica, mas sim ontológica. Dos modos de ser verdadeiros e falsos, o primeiro é tratado como ser-o-que-se-é-em-si, e o segundo, como ser-na-negação, limitação. Para superar a condição ontológica negativa, tanto o ser material quanto o pensamento são momentos necessários.

É a “intuição” o critério para determinar essa condição de existência dos objetos. Longe de ser um critério subjetivo, a intuição é a forma de cognição em que o objeto aparece como verdadeiramente é, em suas qualidades essenciais. É o resultado da análise metódica do objeto, como maneira de distinguir entre seu modo de ser verdadeiro e falso. Com um fim muito maior do que apenas exemplificar esse critério, Marcuse aponta para um caso que será de extrema importância dentro da filosofia: o próprio ser humano. Sua essência seria a capacidade de viver a “melhor vida”, independente de labuta, dependência e feiúra. A concepção grega de homem contém o elemento histórico que caracterizou as relações sociais de sua época: a essência do homem é diferente no cidadão e no escravo.

Numa realidade dividida, é a dialética que determina a lógica do processo de ser do mundo. O desenvolvimento lógico dos conceitos corresponde ao desenvolvimento da realidade: as leis do pensamento tornam-se leis da realidade quando compreendem a realidade do contingente como aparência de uma verdadeira realidade, a idéia. Existe aqui uma contradição entre pensamento e realidade: somente pela subversão da realidade estabelecida é que a realidade da verdade pode ser alcançada. Homem e natureza não existem como essencialmente são: o pensamento contradiz a existência dada em função de sua subversão para a verdadeira existência.

Mas essa verdadeira existência, em termos de realidade, age apenas como potencialidade. A realização dessa potencialidade essencial exige a subversão da ordem estabelecida: pensar de acordo com a verdade é existir de acordo com a verdade. A ciência do conhecimento está em unidade com a ética⁴. O pensamento é, antes de uma identidade, um imperativo: na famosa proposição “S é P”, o predicativo “é” implica um “deve”. Definir a realidade é afirmar um momento do que imediatamente existe enquanto não-ser⁵. Se ser implica um dever-ser (dever), o imperativo julga condições nas quais o objeto é definido como outro que não ele próprio. A proposição determina um

processo no qual as coisas devem se tornar aquilo que são. Esse imperativo categórico não declara um fato, mas a necessidade de dar atualidade ao fato. O pensamento mede a verdade de seus objetos de acordo com os termos de outro universo de locução, que projeta outra modalidade de existência, como realização da verdade de seus objetos.

Porém, como trabalham em função do plano ontológico, as modalidades dialéticas são também limitadas pelas condições ontológicas às quais os objetos estão condicionados (a sua realidade estabelecida). Modalidades ontologicamente limitadas nunca poderão alcançar a plena realização de suas potencialidades. A realidade humana, enquanto presa à procura dos requisitos de sua existência, não é livre nem verdadeira. Isso reflete a condição histórica de uma sociedade marcada pela oposição entre uma classe que é livre (porque não precisa ir atrás de suas necessidades) e uma classe que permite a liberdade da outra em função da sua, por meio da labuta. A realidade histórica grega determinou os valores de sua filosofia.

O filósofo-estadista, com o domínio tanto da teoria quanto da prática orientada pela teoria, é quem compreende a condição ontológica de verdade e falsidade (é aquele que intui). Potencialmente, a verdade que ele conhece é acessível a todos. Mas como a Verdade é, além de um estado de pensamento, um modo de ser, só é acessível a quem leva uma vida livre. Assim, se não houvesse escravos (ou qualquer forma histórica social que dá nome aos que passam a vida atrás das condições de existência), a Verdade seria acessível a todos.

A filosofia visualiza a igualdade [tanto de forma quanto de conteúdo] entre os homens, mas, ao mesmo tempo, se submete à negação real da igualdade [ao conceber essa condição como ontológica, e não histórica] (...) A divisão social do trabalho obtém a dignidade de uma condição ontológica (Marcuse 4, p. 130).

Como alcançar a verdade pressupõe liberdade (inclusive de labuta), e como historicamente a liberdade foi privilégio de poucos, o que se torna possível (e ainda assim apenas para esses poucos) é nada mais do que uma mera aproximação dessa verdade, contradizendo a própria essência de homem. Na filosofia, essa contradição, quando aparece, o faz de maneira insolúvel (afinal, é fundamentada ontologicamente). Ela então deixa de lado a existência histórica para buscar a verdade na realização do pensamento enquanto tal.

O desenvolvimento de elementos contraditórios, que determina a estrutura de seu objeto (como busca por aquilo que ele é), determina a estrutura do pensamento dialético. A lógica dialética alcança sua verdade libertando-se da objetividade falsa da imediatez, que esconde as reais determinações que

motivam os fatos: alcança sua verdade compreendendo o seu mundo como histórico, no qual os fatos estabelecidos são obra da prática intelectual e material do homem. É essa prática da realidade que a lógica dialética compreende.

Quando o conceito dialético é preenchido pelo conteúdo histórico (determinando metodologicamente seu desenvolvimento e função), o pensamento atinge a concreção que liga sua estrutura à realidade: verdade lógica torna-se verdade histórica. O que era tensão ontológica torna-se tensão histórica: o homem em sua luta com a natureza e a sociedade. A razão, como razão histórica, contradiz a ordem estabelecida com elementos irracionais presentes nessa mesma ordem.

O pensamento só alcança o poder de projetar uma nova modalidade de existência se subverter a si mesmo e criar uma prática. Mas a própria dissociação do material, em que se origina a filosofia, dá a ela o caráter de ideologia. Assim, o pensamento filosófico é necessariamente transcendente e abstrato. Porém,

há abstrações verdadeiras e falsas. Abstração é uma ocorrência histórica num contínuo histórico. Desenrola-se em bases históricas e permanece relacionada com as próprias bases das quais se inicia: o universo social estabelecido. Até mesmo quando a abstração crítica chega à negação do universo da locução estabelecido, as bases sobrevivem na negação (subversão) e limitam as possibilidades do novo ponto de vista (Marcuse 4, p. 135).

Na filosofia clássica, o caráter transcendental do conceito está relacionado com a separação entre trabalho intelectual e manual (sociedade escravista). O caráter ideológico da filosofia era adequado a um mundo em que o pensamento era a verdade em seu mais elevado grau. Por definir seus conceitos de acordo com uma realidade que não a material, a filosofia, dissociada da realidade, passa a construir um campo particular de existência, o “reino da Razão”. A anterior relação entre pensamento e realidade, repleta de concretude, torna-se abstrata. É por essa abstração da filosofia em relação à existência material que o autor faz a passagem da lógica dialética para a formal. Os julgamentos da realidade são substituídos por proposições puramente formais do pensamento. Marcuse faz aqui o caminho inverso da Ciência da Lógica hegeliana. Este alcança a dialética a partir do limite da lógica formal, que não ultrapassa a identidade $A = A$. Para determinar que $A = \text{não-}A$, é preciso desenvolver a lógica formal até que o princípio da não-contradição caia por terra. O caminho é invertido exatamente porque não trata do desenvolvimento “puro” da lógica⁶, mas sim do seu desenvolvimento historicamente determinado.

A consequência lógica da abstração do mundo real no pensamento é a lógica formal aristotélica. O conceito aristotélico de logos “apofântico” é

justamente a lógica do julgamento formal: atribui-se ou não P a S como propriedade ontológica de S.⁷ Por ser uma relação ontológica, o formalismo aristotélico não é, no limite, puramente formal, pois estabelecido sob uma realidade ontologicamente determinada: “partes decisivas dessa lógica formal continuam comprometidas com a metafísica aristotélica” (Marcuse 4, p. 132). Mas, de qualquer forma, Aristóteles foi o primeiro a tentar estabelecer todos os critérios de verdade e falsidade dentro de sentenças puramente formais de julgamento.

Uma sentença formal é, por definição, indiferente em relação a um conteúdo de realidade. Não importando qual seja esse conteúdo, ele se torna sujeito, enquanto formal, às mesmas leis gerais de organização, cálculo e conclusão: a quantidade torna-se a única qualidade. “Essa qualidade geral (qualidade quantitativa) é a precondição da lei e da ordem — tanto na lógica como na sociedade —, o preço do controle universal” (Marcuse 4, p. 136).

O controle que Marcuse aponta está diretamente ligado ao conceito de conhecimento: se dispor sobre causas é dispor sobre seus efeitos, o conhecimento das causas primeiras (universais) é o conhecimento mais certo e eficiente. Porém, por mais formal que a lógica seja, ainda se refere ao mundo e ao seu conteúdo formalizado. Essa necessidade lógica de abstrair-se do conteúdo é uma ocorrência histórica realizada no desenvolvimento (ou seria involução?) fetichista das capacidades físicas e psíquicas para a calculabilidade e controle universais. Tirando as contradições do pensamento, substancializam-se unidades identificáveis, tornando-as calculáveis. No lugar da negação, surge a identidade. Na lógica formal, a contradição existe apenas como erro de pensamento: não existe negação se o conteúdo material for universalmente neutralizado. Os conceitos deixam de ser subversão da realidade e tornam-se o seu prognóstico e controle⁸.

A lógica formal pretendeu dar validade universal às leis do pensamento. Obviamente, sem universalidade o pensamento seria incapaz de compreender qualquer questão da existência e da relação: é sempre possível abstrair conceitos gerais de situações concretas. Mas essa abstração não ocorre de forma neutra: “abstração lógica é também abstração sociológica” (Marcuse 4, p. 138). As leis da sociedade funcionam como determinantes em relação às leis do pensamento — uma abstração é feita de um dos modos possíveis, entre outros.

Muito tempo antes do homem e da natureza surgirem como objetos de controle e cálculo racionais, o pensamento tornou-se suscetível de generalizações abstratas, por meio do processo de neutralização do conteúdo material e construção de um raciocínio universalmente válido. Esse modo de pensar, que

conheceríamos posteriormente como ciência, tratou de termos que puderam ser organizados e controlados, sem contradição, de maneira “objetiva e neutra”.

A racionalidade pré-tecnológica e tecnológica, filosofia e ciência, são ligadas pelos elementos que ajustam as regras do pensamento às regras do controle e da dominação. A diferença entre as formas de dominação é a diferença entre escravidão e trabalho assalariado, Cidade-Estado e nação. Diferença puramente formal: a história da humanidade ainda é história da dominação. A ruptura entre sociedade pré-tecnológica e tecnológica, se não está na relação de dependência, está na maneira pela qual a organização social, montada em função da busca pelas necessidades, foi estabelecida.

A nova lógica formal, apesar de diferente da aristotélica, mantém a mesma oposição à dialética. Em função dessa oposição, a antiga e a nova lógica expressam o mesmo modo de pensar, purgado do negativo, da experiência do poder de negação da realidade estabelecida. Eliminando essa experiência, elimina-se a tensão entre o ser e o devir, em função de um pensamento objetivo, exato e científico. A realização da verdade científica na experiência imediata não a subverte, pois não contém em si o julgamento que condena a realidade.

A lógica dialética é não-científica porquanto é exatamente esse julgamento que condena a realidade, e o julgamento é imposto ao pensamento dialético pela natureza de seu objeto, que é a realidade em sua verdadeira concreção. A dialética não pode ser lógica formal exatamente porque é determinada pelo real (a Ciência da Lógica de Hegel trabalha com a lógica na própria concreção de seus objetos, exigindo um sistema de princípios e conceitos que dêem conta do movimento das leis gerais que contribuam para a racionalidade do real). A dialética é a racionalidade da oposição de forças, tendências e elementos, o que constitui o movimento e o conceito concretos do real.

A transformação do negativo para o positivo, da lógica dialética em formal, indica o problema histórico das sociedades industriais avançadas: ela refuta qualquer tipo de alternativa, tornando-se totalitária em suas bases internas. Uma vez dentro do sistema, parece natural que se defendam os benefícios da atual sociedade⁹ (e Marcuse rejeita de maneira bastante forte a alternativa histórica de sua época, o sistema soviético). Mas essa naturalidade existe apenas para um modo de pensar que não deseja a superação das bases atuais (ou que nem mesmo as compreende — momento logicamente anterior à superação), que é imune a outros modos de racionalidade. Quando correspondem à realidade em questão, o pensamento e o comportamento representam uma falsa consciência, que se corporifica no aparato técnico, e

este, por sua vez, a reproduz. Racionalidade e produtividade, progresso pela destruição, renúncia e labuta, são requisitos ideológicos necessários para o funcionamento do sistema. “A sociedade se reproduz num crescente conjunto técnico de coisas e relações que incluiu a utilização técnica do homem – em outras palavras, a luta pela existência e a exploração do homem e da natureza se tornaram cada vez mais científicas e racionais” (Marcuse 4, p. 143).

Mas a racionalidade unidimensional tem um duplo significado: sua eficiência melhorou o padrão de vida, ao mesmo tempo em que produziu um padrão de pensamento e comportamento que justificaram todas as particularidades destrutivas e opressivas do sistema. “A ‘natureza das coisas’, incluindo a da sociedade, foi definida de modo a justificar a repressão e até mesmo a supressão como perfeitamente racionais” (Marcuse 4, p. 144).

Sendo a quantificação do mundo e o fim da oposição entre ser e dever algumas de suas bases, o pensamento tecnológico da sociedade unidimensional tem na ciência um grande apoio. Na física, as coisas não são medidas por suas qualidades objetivas (estas são apenas resultados de operações). O mundo objetivo perdeu seu caráter “objetável”, sua oposição ao sujeito. A teoria física não põe em questão a existência dos objetos, mas suspende o julgamento a respeito da realidade do mundo exterior: não pergunta sobre “o que é”, mas “como é”; tira a teoria da metafísica, mas a leva para a funcionalidade técnica. Dessa maneira, estabelece uma relação com a matéria independentemente de qualquer relação fora do contexto operacional.

A física desenvolve-se sob o *a priori* tecnológico, que projeta e determina a transformação da natureza como instrumento de controle e organização do todo. Mas longe da neutralidade que a ciência se propõe, esse *a priori* é político, dado que a transformação da natureza compreende a do homem. Por meio da ideação do objeto, de sua teorização fora da contextualização real, a própria ciência, definindo a natureza como puro objeto de manipulação do homem, torna-se tecnológica.

Nessa relação com a natureza, a ciência é tida como “neutra” por não ter e não se estruturar no sentido de um *telos*. Mas esse caráter neutro, instrumental, só pode ser percebido pelo sujeito dessa sociedade. A neutralidade é positiva: favorece a organização política específica, porque projeta uma mera forma que, na condição de forma, atende a todos os fins possíveis, escondendo o caráter histórico e político dessa escolha determinada. A ciência que despojou da matéria as qualidades não quantificáveis reflete e se faz refletir numa sociedade que livrou os homens da dependência pessoal e passou a relacioná-los com qualidades quantificáveis: horas de trabalho abstrato.¹⁰ Na ciência

tecnológica, o universo concreto transforma-se em matemática aplicada, impossibilitando a visualização de um mundo qualitativamente diferente. Esse caráter instrumental da racionalidade científica determina uma tecnologia que proporciona controle e dominação social (que se perpetua com a tecnologia e como tecnologia, garantido a legitimação do poder político vigente).

Considerações finais

“A força libertadora da tecnologia — a instrumentalização das coisas — se torna o grilhão da libertação; a instrumentalização do homem” (Marcuse 4, p. 155). Se a tecnologia que projeta a impossibilidade técnica de uma existência fora da labuta aparece como neutra, ela legitima a racionalização da não-liberdade. Assim, acaba por proteger, em vez de questionar a dominação.

Com relação às formas institucionalizadas de vida, a ciência teria, assim, uma função estabilizadora, estática e conservadora. Até mesmo suas conquistas mais revolucionárias seriam apenas construção e destruição em harmonia com uma experiência e uma organização específicas da realidade (Marcuse 4, p. 159).

Um progresso revolucionário poderia levar a ciência a um novo campo conceitual, determinado por um mundo apaziguado. Sem perder o caráter científico, suas hipóteses poderiam ser qualitativamente diferentes, chegando a um conceito de natureza em harmonia com o do desenvolvimento humano. “A sociedade racional subverte a idéia de Razão” (Marcuse 4, p. 160). Esse elemento subversivo esteve presente no pensamento ocidental desde o seu princípio, determinado pela relação entre ser e devir. Mas se a dialética é a lógica que compreende essa contradição, seu destino é lutar contra a realidade estabelecida, de modo a superá-la. Por isso, ela não cabe no operacionalismo científico positivista e irá militar sempre contra qualquer tipo de formalismo conformista e ideológico. A dialética, levada às últimas conseqüências, é o método da subversão por excelência.

Enquanto isso, o projeto científico continua fundindo hierarquia racional (de um determinado tipo de racionalidade, a técnica) com a social. Uma natureza científica e tecnologicamente dominada tem seu reflexo no processo de produção material, que determina a vida dos indivíduos na condição de subordinados a esse aparato e seus senhores.

A ciência, tomando como base as conseqüências teóricas da lógica formal e elevando a lógica a uma realidade política, está longe de ser uma ciência

neutra. Teoria e prática, ciência e política inter-relacionam-se, aprofundando as raízes de uma sociedade unidimensional que tende a administrar-se de forma total, de modo a absorver os próprios administradores, no processo que Debord chamou de “movimento autônomo do não-vivo” (Debord 1, p. 13). A natureza técnica dessa sociedade evidencia-se quando chama esse processo de racional e científico. “A teia da dominação tornou-se a teia da própria razão, e esta sociedade está fatalmente emaranhada nela” (Marcuse 4, p. 162).

Cabe à teoria crítica o papel de investigação e acusação de um mundo que caminha a passos largos para a barbárie. Parece que Marcuse realizou sua missão filosófica.

Notas

¹ Por questão de escopo, o terceiro capítulo, que faz uma análise da lingüística da sociedade unidimensional, não será analisado neste artigo.

² Como um modo estrutural complexo do “valor que se valoriza”.

³ Vide a atitude de Sócrates contra Atenas.

⁴ Vide, na *República* de Platão, a violenta libertação da Caverna.

⁵ À luz desse imperativo, a polêmica frase “o real é racional” de Hegel tem um caráter subversivo que o marxismo vulgar nunca compreendeu.

⁶ Sobre a relação do conceito lógico com a realidade em Hegel, ver, a seguir, página 176.

⁷ Marcuse ressalta a crítica de Husserl ao conceito de julgamento: o pensamento não está diretamente interessado no Ser, mas em proposições sobre o Ser.

⁸ Nesse sentido, a lógica formal age como o neurótico obsessivo, que procura antecipar a realidade, buscando evitar a angústia e o desamparo, de modo a poder controlá-la.

⁹ Lembrando que Marcuse trata dos chamados países de Primeiro Mundo, que viviam o auge do capitalismo no Welfare State.

¹⁰ A dominação foi historicamente objetivada: do escravo para o trabalhador assalariado livre, que não responde a um senhor, mas às leis do mercado. A “ordem objetiva das coisas” é a maneira mais racional de dominação, pois explora a natureza e os homens com impressionante eficiência.

Referências Bibliográficas

1. DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
2. HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas*. Trad. Pe. José Machado. São Paulo: Loyola, 1995.
3. HUSSERL, E. *Lógica formal y lógica transcendental*. Trad. Luis Villoro. Cidade do México: Centro de Estudios Filosóficos, 1962.
4. MARCUSE, H. *Ideologia da sociedade industrial*. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

